

## Introdução

Juarez Rubens Brandão Lopes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LOPES, JRB. Introdução. In: *Do latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008, pp. 1-12. ISBN 978-85-99662-74-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## INTRODUÇÃO

Este estudo se inscreve num conjunto mais amplo que visa a esclarecer as formas diversas assumidas pela reprodução do capital no campo brasileiro\*. É apenas o primeiro de uma série que eu e colegas do setor de Estudos Rurais do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento estamos elaborando. O período que essa série de trabalhos tematiza é bem extenso; abarca desde o momento em que o escravo é substituído pelo trabalhador assalariado até o presente; em resumo, vai desde a época em que o setor agrário constitui o principal lócus da acumulação de capital no país, com a produção de mercadorias para o mercado externo, até o momento em que o capitalismo no agro se transforma em modo dependente do centro da acumulação, configurado agora pelas atividades industriais. Em suas várias fases, a reprodução do capital sempre implicou formas diversas da produção agrária, bem como uma cambiante divisão social do trabalho, na qual as múltiplas regiões agrárias brasileiras assumem posições distintas.

Não visa este trabalho mais do que oferecer uma primeira contribuição para o entendimento dessa problemática, a unidade e diversidade da estrutura agrária brasileira e o seu movimento no presente, procurando relacioná-lo com as condições específicas sob as quais se dá a reprodução capitalista. Com este fito, como meros instrumentos heurísticos, procuramos caracterizar tipos de áreas rurais no Brasil e, num segundo passo, evidenciar a sua dinâmica.

---

\* Agradeço ao Programa de Investigaciones Sociales sobre Problemas de Población relevantes para Políticas de Población en América Latina (PISPAL) e ao Internacional Development Research Centre (IDRC). pelo apoio financeiro para a *realização* deste estudo. Agradeço também ao Institute of Development Studies, University of Sussex, Inglaterra, onde minha permanência como *visiting-fellow* possibilitou a redação do presente trabalho. Agradeço ainda a Geraldo Müller, Ana Vara Paulino Lopes, João Carlos Duarte, Mirna Ayres Issa Gonçalves, Ana Lucia B. Lucena, Carlos E. F. da Silveira, Carlos Roberto Moreira de Andrade, Clara Levin Ant, Francisco Paulo Cipolla, Lenir José e Marcia Stricagnolo pela colaboração, num momento ou noutro do preparo deste trabalho, nas discussões, coleta de material e organização de tabelas. Aproveito também para agradecer tabelas do Censo de 1960 amavelmente fornecidas por Gabriela Toscano. Sou especialmente grato pelas observações críticas feitas por pesquisadores do *CEBRAP* nas discussões da versão preliminar deste trabalho – o qual portava o título Tipos de Áreas Rurais no Brasil –, as quais foram valiosas para a sua revisão. Esta introdução foi escrita em 1975; muitos dos trabalhos mencionados foram publicados depois.

Nesta introdução apresentaremos as duas tipologias utilizadas. O capítulo seguinte, de modo quase esquemático, trata das transformações da estrutura agrária com o desenvolvimento capitalista no Brasil. É, na verdade, um esboço de um tema que merecerá outro estudo mais alentado. O terceiro capítulo – o mais extenso – consta de exercícios, a partir das concepções expostas e com dados quase exclusivamente secundários, de caracterização da estrutura agrária e de seus movimentos em áreas contrastantes do Brasil: o Piauí – periferia da periferia nacional; São Paulo – foco central da acumulação do capital no país, tanto na sua etapa agrária como na presente; e, de maneira mais sucinta, Goiás, parte da atual fronteira agrícola, e Pernambuco, onde a persistência de elementos arcaicos em sua estrutura agrária levanta o problema do seu papel no período de transição para a economia industrial de hoje. Finalmente, em anexo, apresentamos a classificação de microrregiões, segundo os modos pelos quais se inserem na divisão social de trabalho (uma das tipologias usadas), bem como o inter-relacionamento das duas tipologias. Parece-nos que podem ser úteis para outros estudiosos.

Passamos agora, pois, à caracterização das duas tipologias usadas para caracterizar áreas rurais no Brasil; para chegarmos a elas, valemo-nos de um procedimento que envolveu um percurso reiterado, a partir de ideias teóricas que forçosamente implicavam classificações ou tipologias *a priori*, para um exame de dados estatísticos, monografias e outros materiais empíricos, que por sua vez levavam a revisões das teorias e hipóteses, e portanto da classificação a usar. Tal caminho foi repetido mais de uma vez, resultando nos sistemas de tipos que expomos nesta introdução. Na verdade, esclareçamos desde já, o objetivo, como nós o definimos, não consiste em testar a validade de tipologias de estruturas agrárias que expressam dadas teorias; certamente não no sentido de verificar se determinadas estatísticas, *consideradas isoladamente*, discriminam como se esperaria, por exemplo, uma área específica de São Paulo, de agricultura capitalista, de outra, do Maranhão, de predominância de economia camponesa. Trata-se, pelo contrário, de, com as tipologias construídas com o procedimento já indicado, delinear e caracterizar áreas de dados tipos ou suas combinações, com o *conjunto* de informações disponíveis, do mais variado caráter, procurando ainda apreender alguma coisa de suas tendências de mudança.

Usamos, portanto, como instrumentos heurísticos, duas tipologias ou classificações. Passamos a descrevê-las.

### **Tipologia de modos de inserção na divisão social do trabalho do país <sup>1</sup>**

Na forma final com que passamos a trabalhar com esta tipologia, ela conta com sete formas típicas de inserção na divisão social do trabalho, relevantes para a análise da estrutura agrária brasileira. São as seguintes: três de áreas nitidamente comerciais (áreas hortigranjeiras, áreas comerciais antigas e áreas comerciais pioneiras) e quatro de áreas pouco mercantis, incluindo duas onde produções comerciais acham-se consorciadas com atividades de subsistência (áreas antigas consorciadas e áreas recentes consorciadas) e duas de subsistência, sem produção propriamente comercial (áreas antigas de subsistência e áreas recentes de subsistência). Embora tal classificação reflita, antes de mais nada, até que ponto se acham voltadas para a produção de mercadorias as atividades econômicas da área em questão, no seu conjunto, tal grau decorre da forma de organização da sua produção. Este ponto ficará claro quando relacionarmos esta tipologia com a seguinte, que justamente considera as formas de organização da produção (ver anexos). Por ora, façamos alguns comentários sobre os vários tipos. Nos primeiros casos atingiu-se, como já foi dito, divisão de trabalho entre o campo e a cidade maior ou menor, porém, sempre já bem demarcada. Distinguiram-se três tipos, que se relacionam com o curso seguido pelo processo de desenvolvimento. O primeiro inclui aquelas áreas, onde a proximidade de grandes mercados urbanos resultou em alta especialização em produção hortigranjeira intensiva (produção perecível de alta rentabilidade, levando à elevada diferenciação de atividades entre o campo e a cidade). A distinção entre os dois tipos seguintes baseia-se na recência da instalação das atividades mercantis em dada região, sendo de supor que nas áreas pioneiras, mesmo quando unidades agropecuárias de caráter nitidamente mercantil se implantem, importantes diferenças decorram do

---

<sup>1</sup> Essa tipologia derivou de outra, originalmente proposta por Paul Singer. Mesmo após as modificações que introduzimos, ela reflete bastante os trabalhos de Singer, principalmente a sua análise do desenvolvimento brasileiro em termos de três setores e das modificações neles ocorridas e nas suas inter-relações, durante o processo. Ver, entre outros, Paul Singer; *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. Companhia Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo, 1968, especialmente a introdução e as conclusões.

desenvolvimento incipiente de um mercado de trabalho e da existência ou proximidade de terras livres. Donde a separação de áreas comerciais antigas de pioneiras<sup>2</sup>. Umás e outras áreas incluem, também, em maior ou menor quantidade, atividades destinadas ao autoconsumo; em todos os casos, porém, as produções para mercado em termos da massa total de trabalho dispendido, são preponderantes.

Para os quatro tipos de áreas pouco mercantis não ocorre tal fato, mesmo quando é o caso das áreas denominadas consorciadas, a própria ocupação da região está na dependência de uma produção comercial (caso da pecuária ou do algodão em amplas partes do Sertão nordestino ou ainda, em partes do Maranhão e do Piauí, o caso da coleta do babaçu e da carnaúba). Aqui também se distinguem áreas segundo o processo mais ou menos recente de sua ocupação<sup>3</sup>, na suposição de que tal fato tenha importantes implicações para a dinâmica da organização econômica da produção. No caso das áreas consorciadas antigas temos, frequentemente, estabilidade da organização da produção, mantida pela posição mesma que ocupam no processo de desenvolvimento global<sup>4</sup>; por seu lado, no caso das áreas consorciadas recentes há, muitas vezes, um dinamismo mais acentuado, dando-se rápida substituição das formas de organização da produção, transformando-se as áreas em comerciais pioneiras (processo que parece ter se dado, com certa rapidez, em partes do Maranhão). A mesma distinção tem também a sua razão de ser para as áreas de subsistência mais desligadas do mercado. As recentes são umas poucas áreas (como a coleta de informações e estatísticas veio a demonstrar), atingidas há muito pouco tempo pelo avanço de pequenos produtores, geralmente posseiros. As de subsistência antigas resultaram da ocupação, de há muito, de áreas que sempre permaneceram à margem das principais atividades agrárias para

---

<sup>2</sup> De início, distinguiram-se áreas comerciais de mercado interno e áreas de mercado externo. Os dados mostraram ser cada vez mais difícil distinguir áreas no Brasil segundo este critério. Tudo indica, também, não estar mais esta diferença relacionada com formas de organização da produção ou com desenvolvimentos tecnológicos distintos.

<sup>3</sup> Quanto às áreas comerciais a “antiguidade” ou recência diz respeito ao momento da mercantilização da economia agrária; no caso das áreas pouco mercantis trata-se, é claro, do momento de ocupação da área.

<sup>4</sup> Veja-se a análise de Francisco Sá Jr. O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência. *Estudos CEBRAP/3*, Janeiro 1973, p. 87-148. Voltaremos ao assunto adiante.

mercado (nos interstícios, por assim dizer, das áreas de produção para mercado externo) ou são resultados de processo de regressão econômica de tais regiões. As áreas de subsistência, sejam antigas ou recentes, apresentam débeis relações com o mercado; não se negociam mais que os excedentes de uma produção que basicamente se destina ao autoconsumo. Não havendo produtos comerciais aos quais estejam associadas as atividades de subsistência, não podem deixar de ser áreas em que, ao lado do minifúndio e do pequeno posseiro, fragmentou-se a exploração das grandes propriedades existentes que passaram a ser trabalhadas por pequenos arrendatários e parceiros<sup>5</sup>. Em anexo apresentamos as microrregiões brasileiras classificadas segundo os vários tipos de inserção na divisão social do trabalho.

### Tipologia de formas de organização da produção agrária

Concomitantemente com a dos modos de inserção na divisão social do trabalho, utilizamo-nos de, outra tipologia, baseada em última instância nas relações de produção. Ao contrário da primeira, esta é uma classificação de unidades econômicas e não de áreas. Partimos de quatro tipos: a empresa agropecuária capitalista, o latifúndio, a unidade familiar produtora de mercadorias e a unidade camponesa. Definamos e comentemos cada um.

O *latifúndio* (ou *plantation*)<sup>6</sup>. Trata-se de grandes propriedades dedicadas a uma produção mercantil, exploradas com força de trabalho não

---

<sup>5</sup> Estudo já clássico de uma área que sofreu tal processo é o de Antônio Cândido, no qual se analisam os meios de vida de parceiros numa antiga zona de café, onde a decadência desse produto resultou na substituição do seu cultivo pela pequena exploração camponesa de subsistência. Ver daquele autor. *Os Parceiros do Rio Bonito*, São Paulo. Livraria Duas Cidades Ltda., 1964. Para classificar-se tal área como de subsistência seria necessário, em todo o caso, mostrar que a parcela da produção comercializada (resulte ela da parte que, paga como renda-produto, chega às mãos do proprietário ou da venda de sobras da parte que fica com os camponeses) é, relativamente, pouco significativa.

<sup>6</sup> O conceito tal como nós usamos se aproxima ao de J. R. Mantle quando afirma que “A plantation economy ... not on/y is delined by the nature of its production function and typical participation in international/ markets, but also by the distinctive mechanisms of labor control which emerge from it”. (The plantation Economy: An Essay in Definition, Science and Society 36(1): 49-62. 1972 a citação é da p. 58). Mais adiante o autor assinala que as economias de plantation são caracterizadas by the absence of viable labor markets (p. 62). Para nós, portanto, são plantations (ou latifúndios) unidades agrárias com empreendimentos

assalariada pura, para o mercado externo ou interno. No caso polar, a mão de obra é constituída pelo *morador* ou pelo agregado, para o qual o dono da terra cede terras para plantar a sua roça de subsistência, com a condição de fornecer certo número de dias de serviço nas grandes lavouras do proprietário (esta e outras formas de pagamento de renda-trabalho, como o *cambão*, constituem verdadeiras variantes da corvéia, encontradas no Nordeste). Hoje, frequentemente, o morador recebe, pelo seu trabalho na exploração comercial do senhor da terra, diária, em dinheiro, inferior em geral à do trabalhador eventual de fora da propriedade<sup>7</sup>. O pagamento de renda-trabalho (para a existência da qual é essencial a alta concentração da

---

mercantis explorados com formas não assalariadas puras de mão de obra, quaisquer que sejam os fatores extraeconômicos de compulsão. Incluem, por exemplo, tanto os casos de servidão de dívida como os de utilização de cessão de terra como meio de obtenção da força de trabalho. Pressupõe-se, em qualquer caso, certa unidade mínima no empreendimento comercial. Assim, por exemplo, o uso de parceria seria sempre nas produções agrícolas secundárias, subordinando-se o seu interesse para o proprietário ao de, por esse meio, prender-se mão de obra no estabelecimento para a sua utilização na cultura comercial. A parceria equivale neste caso à cessão de terra a agregados ou moradores, quando, porém, desaparece praticamente a unidade dada pela produção comercial, e a produção parcelar, de parceiros ou pequenos arrendatários torna-se a forma básica, o latifúndio cede lugar à economia camponesa. Deste modo, para a caracterização da forma de organização da produção como latifundiária ou camponesa não basta constatar a prevalência ou não de parceria ou de arrendamentos; é preciso descer mais a fundo e verificar o sentido básico das relações. Por outro lado, note-se, não enfrentamos aqui o problema de caracterizar a plantação escravista como forma de organização da produção distinta, uma vez que o nosso interesse focaliza-se em estudar a estrutura e dinâmica das áreas rurais brasileiras a partir da instituição do trabalho livre e, principalmente, no período da industrialização.

<sup>7</sup> Ver, sobre essas formas de pagamento de renda-trabalho no Nordeste, o estudo de Manoel Correia de Andrade. *Terra e Homem no Nordeste*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1963. Um recente estudo de A. Johnson, de uma fazenda agropecuária no Sertão cearense, assinala a prevalência da *sujeição* e da parceria (renda-trabalho e renda-produto), freqüentemente associadas, como formas de obter e prender na fazenda a força de trabalho. Com o objetivo de receber pequenos pedaços de terra para o plantio de roças, mas também a casa, o poço, lenha e sementes de algodão, o trabalhador assume, com o dono da terra, duas formas de “contrato”, a prestação de dois dias de serviço por semana para a fazenda e/ou a parceria na colheita de produtos especializados. O salário pago pelo dia de sujeição é uma fração da do diarista. Apenas um terço dos *moradores* estão sob sujeição, os restantes estão apenas sob sistema de parceria. A fazenda, além de obter trabalhadores para as suas plantações e as parcelas das colheitas que lhe cabem, usa a palha das roças dos moradores, após a colheita, como pasto para o gado. Ver A. W. Johnson. *Sharecroppers of the Sertão: Economics and Dependence on a Brazilian Plantation*. Stanford, Stanford University Press, 1971, p. 83 e 128-29.

propriedade da terra) é, no entanto, apenas um protótipo das relações do latifúndio. Existe grande variedade de situações, como por exemplo a sorte, partilha das reses com o vaqueiro, que recebe grátis a sua roça, na pecuária extensiva ainda existente nas partes mais isoladas do Nordeste; os pastos não cercados, em certa medida comuns, em tais casos, constituem verdadeiras situações de incompleta apropriação da terra. Frequentemente a parceria é na realidade uma forma de obtenção de mão de obra<sup>8</sup>. Existe sempre grande dependência em relação ao dono da terra e seu preposto (*barracão*, dívidas). As obrigações e direitos assumem formas institucionais (por exemplo, a condição, direitos precários relativos a roças)<sup>9</sup>, difusas (patrimonialistas). A exploração da terra e a criação são extensivas. O mercado de terras é pouco desenvolvido. As reservas de terras dos grandes latifúndios são empregadas tanto para o uso extensivo da produção comercial (gado, lavoura ou coleta), como para a obtenção de força de trabalho pela cessão de terras para roças dos moradores ou agregados<sup>10</sup>. A

---

<sup>8</sup> É o que afirma, por exemplo, Oracy Nogueira em estudo de comunidade da Zona da Mata mineira; esclarece que o parceiro além de pagar a terra com a quota da produção “se compromete a trabalhar alguns dias por semana ou diariamente em outras atividades ... em geral, porém, o preço do dia-trabalho do parceiro é menor que o do trabalhador assalariado”. Oracy Nogueira. *Caracterização Sócio-Econômica e Cultural de Leopoldina*. Manuscrito, apud J. R. B. Lopes. *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, p. 23-29.

<sup>9</sup> Ver, sobre este tema, o estudo já mencionado de Johnson, especialmente a seção sobre a tenência da terra dos moradores, quanto à natureza dos direitos costumeiros dos moradores, relativos à terra, a seguinte citação nos dá as ideias básicas: “*There is never any doubt that the landlord has the ultimate right to dispose of the land. Nonetheless, certain conventions recognize the morador’s temporary possession of the land he is working on. In all cases, these temporary rights are originally established and maintained through labor...*” quando a fazenda precisa pôr para fora um morador há pagamento compensatório pela sua roça: “*the compensation that must be paid for a producing field taken over by the larm is not determined simply by the size of the field, nor by the expected value of its field in the future, but also by the actual labor that a worker has invested in it*” (p. 48-49). Toda a parte sobre a tenência da terra é pertinente. *Op. cit.*, p. 45-53. Deve-se frisar em todo este assunto, bem como na distribuição das casas pelos moradores, a onipresente noção de que o trabalho dispendido precisa ser sempre recompensado, sem prejuízo do direito último do dono da terra sobre a sua propriedade.

<sup>10</sup> Poder-se-iam tratar estes moradores, parceiros, agregados e foreiros como um campesinato-dependente. Na medida, porém, em que a fazenda mantém a sua unidade de exploração em torno do produto comercial, preferimos considerar tais trabalhadores como formas de mão de obra não capitalista (não assalariados puros). Não há entretanto dúvida que geralmente esse estrato quase não se diferencia sob outros aspectos (culturais, ideológicos), a não ser no que é

estrutura fundiária resulta também no monopólio da terra, relegando grande parte do resto da população rural às áreas menos férteis dos minifúndios, onde se congrega uma reserva de mão de obra (numa espécie de exército rural de reserva primitivo), da qual os latifúndios lançam mão nas épocas de pico de trabalhos agrários. Estabelece-se assim uma relação simbiótica entre o latifúndio e a economia camponesa<sup>11</sup>. O latifúndio implica em diversificação das atividades produtivas, se considerarmos além das produções comerciais as de subsistência, e portanto baixa divisão de trabalho inter-rural e campo-cidade.

As *unidades camponesas* são constituídas pelas explorações de pequenos proprietários (via de regra minifundiários), arrendatários, parceiros ou posseiros, voltados basicamente, com o trabalho familiar, para a sua reprodução como camponeses. As atividades são, portanto, na essência, de subsistência, vendendo-se no mercado (em feiras locais ou a caminhões) os pequenos excedentes de produção de autoconsumo<sup>12</sup>. O declínio da produção

---

para nós básico, isto é, na posição estrutural do campesinato nos interstícios dos latifúndios (minifundiários, posseiros etc.). Constitui situação diferente da tratada aqui, quando a exploração dos latifúndios se fragmenta, com o declínio da produção comercial.

<sup>11</sup> Deve-se notar que quanto mais abundante o campesinato, menor a necessidade de os latifúndios reterem em seu interior ampla mão de obra constituída por moradores, agregados etc. Na zona do açúcar do Nordeste, o declínio relativo dessa mão de obra residente está associado, mesmo antes do aparecimento de um proletariado rural, ao estabelecimento das migrações sazonais de *corumbas* agrestinas. Ver M. C. Andrade, *op. cit.*

<sup>12</sup> Castro salienta o papel do caminhão para quebrar o isolamento das feiras locais no Nordeste e aumentar a vinculação com o mercado da economia camponesa nordestina. Aquele, com a sua mobilidade, “iria drenar para as cidades e metrópoles regionais os saldos microrregionais de alimentos... ampliando o raio de circulação dos excedentes gerados pelos pequenos produtores”. Ademais, sob a sua crescente ação “o trabalho (do agricultor nordestino) anteriormente dedicado ao transporte e venda de mercadorias (em mercados distantes e duvidosos) e, bem assim, o esforço orientado para a obtenção doméstica de certos alimentos e manufaturas simples vai sendo reorientado em favor de culturas comerciais” (Antonio Barros de Castro. O Desenvolvimento Recente do Nordeste. n. 7 *Ensaio sobre a Economia Brasileira*. São Paulo, Forense, 1971, Vol. II, p. 206-207). Deixando de lado a questão do momento em que tal processo se teria dado (Castro talvez exagere a sua recência), este trecho torna claro até que ponto está vinculada ao mercado, através de *sobras* de produção, e até que ponto especializada em produção agrícola já é a economia camponesa nordestina de hoje. Longe estamos tanto da economia fechada do passado, como também da produção agrária especializada e diretamente voltada para o mercado (caso da unidade familiar produtora de mercadorias, tratada abaixo no corpo do texto). Poder-se-ia pensar que, em última análise, o desenvolvimento destas tendências para vinculação mercantil

comercial em certas regiões levou à fragmentação da exploração dos latifúndios, reconstituindo-se sobre os mesmos a camada camponesa, parceiros e arrendatários, com a sua economia de subsistência<sup>13</sup>. A parte recebida pelos donos das terras, como renda-produto, é a principal porção que atinge o mercado. Seja proveniente de áreas de minifundistas e pequenos proprietários, seja de parceiros e arrendatários de antigas zonas agroexportadoras decadentes, o excedente da subsistência camponesa, pago como renda ou não, constitui-se em importante componente do abastecimento urbano. A necessidade de trabalho adicional pelas unidades camponesas, em certas épocas (limpa, colheita) é satisfeita por formas de ajuda mútua (mutirão, troca de dias) prevalentes entre elas, e só raramente pelo emprego do trabalhador eventual, qualquer que seja a situação, a de proprietários ou rendeiros, a economia camponesa significa a produção de grande parte dos bens agrícolas (e muitos dos artesanais) consumidos por seus membros. Mesmo boa parte dos serviços necessários (comercialização, consertos) é executada pelos membros da própria camada. Entretanto, como já foi notado, cada vez mais o seu modo de vida (a sua subsistência) é tal que não podem existir desvinculados do mercado (a roupa, por exemplo, é frequentemente comprada). Assim a economia camponesa hoje no Brasil apresenta sempre, embora secundariamente, vínculos mercantis constituídos seja (a) pela comercialização dos excedentes, que passa a ser fundamental para o seu modo de vida, seja (b) pela frequente associação de culturas de subsistências com produtos para mercado (como o algodão, por exemplo, no sertão do Nordeste), seja ainda (c) pelo aluguel de parte do tempo de sua força de trabalho para o latifúndio. Os rendimentos monetários obtidos de uma dessas maneiras pelos camponeses permitem então suplementar a sua produção para autoconsumo<sup>14</sup>.

---

transformaria esta categoria em pequenos produtores de mercadoria. A transformação pressuposta, entretanto, não é tão-somente de *grau*, pois deve-se lembrar que as famílias camponesas vendem excedentes de sua cesta de consumo. Haveria, portanto, de dar-se antes uma mudança *qualitativa* na sua orientação produtiva, ocorrendo uma especialização na produção para mercado. Doutro lado, há no processo global de desenvolvimento mecanismos mantenedores da camada camponesa como tal. Ver Francisco Sá Jr., *op. cit.*

<sup>13</sup> Ver Antônio Candido, *op. cit.* Note-se a distinção entre estes parceiros autônomos e os parceiros como mão de obra de latifúndios, com uma exploração comercial ainda unificada. Sobre este ponto, rever as notas de rodapé 6, 7, 8 e 11.

<sup>14</sup> De novo é mister caracterizar a relação fundamental, para se verificar se o salário suplementa a produção para o autoconsumo ou, inversamente, se esta produção, devido à

As *unidades familiares produtoras de mercadorias*. Trata-se de pequenos proprietários, arrendatários ou parceiros<sup>15</sup>, com uma exploração agrária mercantil baseada, fundamentalmente, em força de trabalho familiar, que recorrem apenas em caráter suplementar, a trabalho assalariado eventual. Como para a empresa agropecuária capitalista (ver abaixo), há aqui, também, a tendência para a especialização da produção, estreitando-se os vínculos com o mercado, tanto para a venda como para a compra. Como para os camponeses, os pequenos produtores de mercadoria reproduzem-se, simplesmente, como categoria social; a sua reprodução, porém, ao contrário da daqueles, *passa primordialmente pelo circuito mercantil*. Em tal caso, estando esses pequenos produtores mercantis inseridos na economia capitalista, haveria tendência para serem desalojados pela concorrência das unidades maiores ou para desenvolverem-se em pequenas empresas capitalistas. Na realidade, a concorrência capitalista impõe aos pequenos produtores o sobre-trabalho familiar e o subconsumo. Outras vezes o mesmo resultado é alcançado pela sua subordinação direta ao capital comercial ou industrial (caso de cooperativas ou do fornecimento de matérias-primas agrícolas a indústrias de processamento). Assim, em certos campos de atividade como a hortigranjeira – exigindo o cultivo intenso da terra – o excesso de trabalho da família do pequeno produtor, incluindo o trabalho infantil e feminino, chega a compensar as vantagens da grande empresa e garante a sua permanência como pequeno produtor de mercadorias<sup>16</sup>. É pois, na produção hortigranjeira, nos arredores de São Paulo e do Rio de Janeiro, altamente especializada e trabalho-intensiva, bem como em outros casos similares, como a cultura de vasos da pimenta-

---

extrema exploração da força de trabalho, é que é necessária para suplementar o salário, isto é, se se trata de camponeses ou de semiproletários rurais.

<sup>15</sup> Possivelmente é raro o caso de parceiros. Via de regra não são responsáveis pela exploração agrícola (independente), não sendo mais que mão de obra em latifúndios. Também devem ser raros posseiros como pequenos produtores de mercadorias, dado o fraco desenvolvimento mercantil das áreas isoladas em que se situam.

<sup>16</sup> A este respeito a argumentação e os dados apresentados por Kautsky parecem-nos válidos e pertinentes. Ver K. Kautsky. *A questão Agrária*. Tradução de C. Iperioig. São Paulo. Editora Flama S.A., s/d, cap. VI (particularmente a secção sobre “Excesso de Trabalho e Insuficiência de Consumo na Pequena Exploração”).

do-reino no Pará, como foi caracterizada por geógrafos<sup>17</sup>, onde encontramos no Brasil as situações mais nítidas da pequena produção agrária mercantil.

A *empresa agropecuária capitalista*. Com a agricultura transformada num empreendimento totalmente capitalista, as atividades agropecuárias passam a ser uma área como qualquer outra para a aplicação do capital, devendo o investimento auferir a lucratividade média<sup>18</sup>. No caso da empresa agropecuária capitalista, as formas das relações de produção tendem para as do salariado puro. Do modo como esta empresa está surgindo no Brasil, os empregados permanentes, que tradicionalmente soem guardar pelo menos resquícios de relações não capitalistas, tendem a restringir-se ao mínimo e àquela mão de obra de mais alta qualificação (tratoristas, contador etc.). Processa-se a expulsão de colonos e moradores e cria-se assim um proletariado rural puro (chamados volantes ou bóias-frias, em São Paulo, trabalhadores de fora ou clandestinos, na Zona da Mata nordestina), que se aglomera em novos bairros rurais à beira das estradas ou na periferia das cidades e vilas. A este proletariado recorrem as empresas agrícolas para a maior parte das fainas rurais, utilizando-se do sistema de empreiteiros de turmas<sup>19</sup>. A produção especializa-se, mecanizam-se as tarefas agrícolas, elevando-se, com a completa vigência da lógica do capital, a sua composição orgânica; *pari passu* decresce a produção para autoconsumo, a população residente nas empresas passando a recorrer, para a satisfação de todas as suas necessidades, ao mercado.

---

<sup>17</sup> Ver Dirceu Lino de Matos *in*: Aroldo de Azevedo. *Brasil: A Terra e o Homem*. Vol. II. São Paulo, Companhia Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo, s/d, p. 447.

<sup>18</sup> Proporciona o lucro médio, além de permitir a dedução da renda da terra, quando, como é a forma apropriada ao capitalismo, ocorre a separação da terra, como meio de produção, da propriedade da terra, ou seja, a separação do empresário capitalista agrário do dono da terra. Como Kautsky sustenta, a separação das categorias do lucro e da renda da terra pode dar-se, além de pelo desenvolvimento do arrendatário capitalista (forma clássica como se deu na Inglaterra), pelo sistema hipotecário de terras. Desta forma, pode-se desenvolver, também, a agricultura como campo puro para aplicação de capitais. Ver K. Marx. *The Capital*. Vol. III, cap. 37, Moscou, 1962, e K. Kautsky, *op. cit.*, p. 86-90.

<sup>19</sup> Entre vários trabalhos que analisaram recentemente o desenvolvimento desse proletariado nas áreas rurais paulistas consulte-se o de M. C. D’Incao e Mello. *O “Bóia-Fria” – na Alta Sorocabana*. Tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, 1973 (mimeo).

Com o desenvolvimento capitalista no Brasil, alteram-se as formas de organização da produção agrária e a divisão social do trabalho inter-regional e campo-cidade: Cabe-nos, antes das análises da dinâmica da estrutura agrária de dadas regiões, pelo menos esboçar o quadro mais geral. É o que fazemos no capítulo seguinte.